



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**EXCLUSIVOS À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE
PEQUENO PORTE – EPP e MEI- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

PREÂMBULO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio do Pregoeiro Público, designado pela Portaria nº 021/2022, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**. Este Pregão reger-se-á pelas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações, tendo o seu art. 15 sido regulamentado pelo Decreto Municipal nº 046/2020 e Decreto Municipal nº 005/2017, Lei nº 10.406 de 10.01.2002 – Código Civil, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei complementar 147 de 07 de agosto de 2014, os termos da Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 (alterada pela LC n. 147/14), Decretos n. 10.024/19 e 7.892/13, e demais legislações de sustentáculo jurídico a este Processo Licitatório, no que couber, e condições estabelecidas neste edital. E observadas as datas e horários discriminados a seguir:

ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Dia 11/07/2022, às 09h
MODO DE DISPUTA DE ENVIO DE LANCES:	ABERTO
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:	BNC
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.bnc.org.br
VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 2.715.295,08

1 - DO OBJETO:

Aquisição de medicamentos, parcelado por 12 meses, para atender a demanda do Hospital e Maternidade Virginia Colaço Dias, SAMU, CAPS, COVID-19 bem como as Unidades Básicas de Saúde com a distribuição gratuita de medicamentos diversos e Farmácia Básica, conforme RENAME apresentada pelo Ministério da Saúde, visando atender as necessidades apresentadas pela Rede Municipal de Saúde de Pombos PE.

Nesta aquisição, os medicamentos genéricos, quando houver, terão preferência sobre os demais em condições de igualdade de preços e deverão estar de acordo com as normas do D.C.B. – Denominação Comum Brasileira e ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI). Lei 9.787, de 10/02/1999.

2 – DO(S) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Órgãos participantes será o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMBOS**.

2.2 - **Regime de execução: Empreitada por preço unitário.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DO TEMPO

3.1 Recebimento das Propostas a partir do dia 28 de junho de 2022 às 09h até o dia 11 de julho de 2022 às 09h.

3.2 Abertura das Propostas: 11 de julho de 2022 às 09h.

3.3 Início da sessão de disputa de preços: 11 de julho de 2022 às 09h30min.

3.4 O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.

3.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao Certame.

3.6 Formalização de consultas: observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consulta através do próprio sistema no campo “mensagens”, ou pelo número (81) 3536-1213 As consultas serão respondidas diretamente no sítio www.bnc.org.br, no campo “mensagens”, no link correspondente a este Edital.

4 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação – INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do Certame.

4.2 Os trabalhos serão conduzidos por Servidor Público designado através de ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BNC”, constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras, coordenadora do sistema.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 -Se a contratação ocorrer neste exercício, as respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura do Município de Pombos, que tem como Projeto Atividade e Elemento de Despesa da Secretaria envolvida, anexo I – Termo de Referência;

5.2 - Os recursos orçamentários são provenientes do Projeto Atividade e Elemento de Despesa a seguir exposto:

A despesa resultante desta licitação correrá à conta de dotações orçamentárias próprias a serem informadas, quando da contratação.

Func/Progr.: 1012210012.105 – **GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS**

33903000: **Material de consumo**

Fontes de Recurso: **211-** Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214 –** Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

33903200: **Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita**
Fonte de Recurso: **001** – Recursos Ordinários

(ATENÇÃO BÁSICA)

Func/Progr.:1030110042.108 – **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(MAC – Hospital, SAMU, CAPS e Fisioterapia)

Func/Progr.:1030210052.109 – **MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL – MAC**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(VIGILÂNCIA EM SAÚDE)

Func/Progr.:1030510072.113 – **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(FARMÁCIA BÁSICA)

Func/Progr.:1030310062.111 – **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(COVID)

Func/Progr.: 1012208042.104 – **AÇÕES DE ENFRENTAMENTO E COMBATE AO COVID-19 CORONAVÍRUS**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. A presente licitação, em observância ao disposto no Decreto n. 8.538/2015, e na Lei Complementar n. 123/2006 c/c o Decreto n.º 8.538, de 06.10.2015, estabelece itens com cotas exclusivas **À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA – ME, EMPRESA DE PEQUENO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTE – EPP e MEI- MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL interessadas que atendam todas as exigências deste Edital e cuja atividade empresarial abranja o objeto desta Licitação, e desde que prévia e devidamente credenciada no sistema eletrônico “Licitações” do BNC, site www.bnc.org.br

6.1.2 Para fins legais, consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.3 - Como requisito para participação neste Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento à exigências de habilitação previstas neste Edital. **A declaração falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação **sujeitará o licitante às sanções** previstas no art. 49, do Decreto n.º 10.024/19 e na legislação pertinente.

6.2 A simples digitação da proposta é a indicação, por parte do proponente, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o proponente do disposto no art. 97 da Lei n.º 8.666/93, aplicada subsidiariamente.

6.3 Não será admitida nesta licitação a participação de interessados:

6.3.1 Em processo de falência, de concordata, de recuperação judicial, extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, em processo de fusão, cisão e incorporação, salvo se houver autorização judicial.

6.3.2 Que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Pombos, durante o prazo da sanção aplicada.

6.3.3 Que estejam impedidos de licitar e contratar com o município, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/02.

6.3.4 Que tenham sido submetidas à desconsideração da personalidade jurídica e extensão de penalidades de que trata o art. 14 da lei n.º 12.846/2013.

6.3.5 Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

6.3.6 Estrangeiras que não funcionem no País.

6.3.7 Que possuam, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (inciso XXXIII, art. 7º da CF).

6.3.8 Que estejam enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei n.º 8.666/93.

6.3.8.1 Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei n.º 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

6.3.9 Que possuam, entre seus empregados, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Município, exceto aqueles que não atuem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade,

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

respeitado o prazo de seis meses para desincompatibilização, contado a partir da data do término do exercício dos referidos cargos ou funções.

6.3.10 Que possuam registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no sítio www.portaltransparencia.gov.br e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no portal do CNJ.

6.3.11 Qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), atuando nessa condição – TCU, Acórdão 746/2014, Plenário.

7 - DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

7.1 - As microempresas, empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, e em conformidade com o que dispõe a Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei complementar 147 de 07 de agosto de 2014, deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que a documentação relativa a regularidade fiscal apresente alguma restrição, ficando a mesma subordinada aos seguintes procedimentos, obrigatoriamente:

7.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da sessão, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.1.2 – A não regularização da documentação, dentro do prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.2 - No caso de participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparados, será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.

7.2.1 - O enquadramento como microempresa – ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

7.2.2 No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, §4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

7.2.3 O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

7.3 - A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

7.4 - Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado, deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).

7.5 - A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

7.6 - A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

8 -DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

8.1 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.
- c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

8.2 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

9 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

9.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da Equipe de Apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:

9.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no subitem 5.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br

9.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

9.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

9.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

9.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

9.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: <https://bnc.org.br/> Fone /WhatsApp: (42) 3026 4550 - Ponta Grossa – PR E-mail: contato@bnc.org.br

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

9.11. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.12. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.13. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

9.14. Lances com mais de duas casas decimais após a vírgula deverão ser readequados, desconsiderando qualquer valor acrescido após a segunda casa decimal.

9.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.16. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital **(REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO ITEM)** e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

9.17. Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

9.18. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes. Decreto 10.024/19.

9.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

9.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

9.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.22 - A etapa de lances no tempo normal do modo **ABERTO** será de 10 (dez) minutos, a partir do início da disputa, e, será prorrogada automaticamente pelo sistema por mais 2 (dois) minutos, sempre que houver lances nos últimos 2 (dois) minutos do tempo inicial;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

9.23 - Na fase competitiva do pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a dez (10) segundos e o intervalo entre lances inferiores à menor oferta, não poderá ser inferior a dez (10) segundos;

9.24 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 30 (trinta) segundos a 2 (dois) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

9.25 - Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de 10 (dez) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

9.26. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no ITEM 12 deste Edital, (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP enviar também o ANEXO IV), deverão ser juntados antes da abertura das propostas no sistema do BNC.

9.27. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

9.28. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

9.29. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.30. Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

10 – PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES e MARCAS dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo,

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

10.2.1. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas nos ANEXOS I e II.

10.3. A validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

10.4. Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO IX) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

10.5. - *É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, nas fichas técnicas ou documentos ou em qualquer outra hipótese antes do término da fase competitiva do Pregão.*

11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas avaliando os preços obtidos e analisando o parecer técnico do solicitante sobre o (s) produto(s) oferecido (quando necessário).

11.2. O julgamento será efetuado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

11.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

11.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos bem como o cumprimento das exigências constantes do Termo de Referência, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas.

12- DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1 A habilitação das **LICITANTES** será verificada por meio da documentação especificada neste Edital.

12.1.1 A comprovação da situação da empresa será feita pelo Pregoeiro mediante consulta “on-line” dos documentos.

12.1.2 - Será verificado, ainda, pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, eventuais impedimentos de licitar e contratar com o Município.

12.1.2.1 – A fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

12.1.2.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.1.2.3 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

12.1.2.4 Cadastro de inidôneos e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico <http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.htm>.

12.2 A **LICITANTE** deverá apresentar habilitação (obrigatória) válida, com a data de emissão anterior ou na data da sessão que foi declarada “**LICITANTE** detentora do menor lance”.

12.3 Atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos enviados, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica e financeira.

12.4 Havendo a necessidade de envio de documentos complementares à habilitação, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até vinte e quatro horas, sob pena de inabilitação.

12.5 As microempresas e as empresas de pequeno porte, se não tiverem a regularidade fiscal e trabalhista, deverão providenciar a regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação. Este prazo é prorrogável, mediante pedido da licitante, por igual período, a critério da Administração.

12.6 A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

12.6.1 Registro empresarial, em se tratando de empresário.

12.6.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, empresa individual de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

12.6.3 Inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

12.6.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br

12.6.5. Observação: Para todos os efeitos, considera-se como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, o documento de constituição da empresa, que deverá estar acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) referente(s) à natureza da atividade comercial, ao capital social e à administração da empresa, ou a última alteração consolidada.

12.6.6 Nos documentos exigidos no item 12, deverá estar prevista a autorização para empreender atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, de acordo com acórdão do TCU (“Tribunal de Contas da União, no Acórdão 642/2014-Plenário “O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica”)

12.7 A **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** será comprovada mediante

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

a apresentação dos seguintes documentos:

- 12.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 12.7.2 Prova de regularidade com Receita Federal, demonstrada por meio de Certidão Unificada, nos termos da Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014 (tributos federais, contribuições previdenciárias e dívida ativa da União);
- 12.7.3 Prova de regularidade para com as Receitas Estadual, Distrito Federal e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 12.7.4 Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, conforme determina o artigo 27, letra "a", Lei n.º 8.036, de 11/05/90;
- 12.7.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou de certidão positiva com efeitos de negativa (CNDT), nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho e conforme a Lei n.º 12.440/2011.
- 12.7.6 **Serão verificados, ainda, durante a fase de habilitação**, conforme determinação constante no Acórdão 1.793/2011 TCU - Plenário:
 - 12.7.6.1 No Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (disponível no portal da transparência - <http://www.portaldatransparencia.gov.br>) - a existência de registros impeditivos à contratação;
 - 12.7.6.2 No Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no portal do CNJ - a existência de registros impeditivos à contratação por improbidade administrativa.
 - 12.7.6.3 No Sistema de Inabilitados e Inidôneos do TCU - a existência de registros impeditivos à contratação.
- 12.8 - **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
 - 12.8.1 - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da justiça do domicílio da sede do licitante em prazo de, no máximo, **60 (sessenta) dias** anteriores à data fixada no preâmbulo deste instrumento para o recebimento dos envelopes;
 - 12.8.1.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial (Certidão de Licitação das 1ª e 2ª varas) referente aos processos distribuídos pelo PJs (processos judiciais eletrônicos) da sede do licitante ou de seu domicílio;
 - 12.8.1.2. As certidões descritas no subitem 12.3.1.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede do licitante ou de seu domicílio (subitem 12.8.1) contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos;
 - 12.8.2 – Demonstrações Contábeis (**Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado**) do último exercício social (2021), já exigíveis e apresentados na forma da lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

data da apresentação da proposta (Observar dispositivos de apresentação das Demonstrações Contábeis abaixo);

a) - As empresas que tenham sido constituídas no ano da instauração do presente processo licitatório, visando primar pelo princípio da isonomia entre os participantes, a Prefeitura exigirá Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado) que reflitam a variação da situação patrimonial do licitante no período compreendido entre o início de suas atividades até o mês que antecede a data da abertura desta licitação, devendo estar autenticadas ou registrada pela Junta Comercial do Estado sede da concorrente.

12.8.2.1- A apresentação das Demonstrações Contábeis far-se-á observando os dispositivos abaixo:

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

b) As demais sociedades (por quota de responsabilidade limitada, individuais, microempresas, etc.), mesmo optantes pelo Simples ou Lucro Presumido, deverão apresentar original ou qualquer processo de cópia, autenticada por cartório oficial, das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado) do último exercício social, bem como o Termo de Abertura e o Termo de Encerramento, devendo as Demonstrações Contábeis estar com a assinatura do Contabilista e do titular ou representante legal da Empresa;

c) Caso a empresa realize a Escrituração Contábil e o registro das Demonstrações Contábeis através de sistemas informatizados, somente serão aceitos os originais ou qualquer processo de cópia, autenticada por cartório oficial;

d) Com relação a alínea “b”, o Termo de Abertura e/ou o Termo de Encerramento deverão estar autenticados ou registrados pela Junta Comercial do Estado sede da concorrente e, se possível, as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado);

e) A Prefeitura, em casos evidentes de manipulação das Demonstrações Contábeis, reserva-se no direito de, além de comunicar, solicitar a análise pericial do Conselho Regional de Contabilidade, Seccional de Pernambuco;

f) A análise da qualificação econômico-financeira dos concorrentes será processada através da satisfazendo com a seguinte equação abaixo: Extraído do balanço, em papel timbrado da empresa, assinada pelo representante licitante legal e o técnico responsável por tal informação;

1) Índice de liquidez geral

$$LG = \frac{AC + RL}{PC + EL}$$

2) Índice de liquidez corrente

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

3) Índice de Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{AT}{PC + EL}$$

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RL = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

EL = Exigível a Longo Prazo

sendo exigidos os seguintes valores mínimos para tais índices:

LG = Igual ou maior que 1,00

LC = Igual ou maior que 1,00

SG = Igual ou maior que 1,00

g) A licitante que apresentar resultado menor do que 1,00 (um), em qualquer um dos índices referidos deverá comprovar o Patrimônio Líquido correspondente à pelo menos 10% (dez por cento) do valor do total dos serviços. A licitante que não apresentar o memorial de cálculo dos índices, a comissão se reserva o direito de calcular.

h) As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

i) - Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital - Sped Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo sped, conforme autoriza o art. 78 -A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.

12.8.3 - A justificativa de se exigir a demonstração da qualificação econômico -financeira das licitantes foi por demais salutar, eis que, atendendo ao princípio da continuidade do serviço público, evitem-se paralisações por deficiência de recursos monetários. O objetivo é o de poder verificar a saúde financeira da licitante, evitando a participação de empresas que apresentem dependência econômica, isto é, aquelas que não possam executar os serviços às próprias expensas.

12.9- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

12.9.1 - Apresentar, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnica** em nome da licitante, pessoa jurídica, e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

- A CONTRATADA deverá apresentar *Registro ou Inscrição na Entidade Profissional, Conselho Regional de Farmácia ou outro Conselho competente*, da sede da empresa;
- Comprovação de Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE. A empresa que produz e/ou comercializa medicamentos sujeitos a controle especial deverá entregar comprovação da AFE especial, conforme determina a Portaria GM/MS nº 344, de 12/05/98;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Comprovação de Licenciamento Sanitário estadual ou municipal.
- Todos os produtos deverão ter registro na ANVISA, e encaminhado junto com a proposta reformulada;

12.9.1.1 – A Prefeitura se resguarda no direito de diligenciar o Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o fornecimento dos produtos e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

12.9.1.1.1 - Não será aceito atestado/declaração emitido pela própria LICITANTE, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a LICITANTE não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

12.10 A licitante deverá apresentar **Declaração, nos Termos do Anexo IV**, caso tenha interesse em/para usufruir dos benefícios concedidos pela **LC n. 123/06**.

12.11 Declaração, nos Termos do Anexo IV

12.12 Os documentos exigidos neste edital deverão estar válidos no momento em que forem devidamente juntados no sistema do BNC.

12.13 Os documentos extraídos por via INTERNET terão seus dados conferidos e validados pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

12.13.1 – Os documentos que forem apresentados na forma de cópia xerográfica deverão está devidamente autenticados por cartório competente ou por membro da comissão de licitação ou equivalente;

12.14 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.15 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.16 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.17 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, correndo a partir da solicitação o prazo de até



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3 dia úteis para o envio físico.

12.18 Será fixada em **90 (noventa) dias**, a partir de sua expedição, a validade dos documentos públicos que não trouxerem esta informação evidenciada.

12.19 **Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e/ou seus anexos.**

12.20 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, conforme estabelecido no § 3º art. 43, do Decreto n.º 10.024/19.

12.21 **O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.**

12.21.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.21.2 *Todos os documentos requeridos no edital deverão ser juntados ao sistema BNC antes do início da sessão de abertura das propostas, sob pena de inabilitação do licitante que não juntar os referidos documentos.*

13 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

13.1 A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da *declaração de habilitação* no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.7 - Indicar Marca

13.8 - Em caso de divergência entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro e entre os expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o último.

14 – DOS RECURSOS

14.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2. Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03(três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14.5. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.5.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.6. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

14.6.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou, ainda de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.7. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema da BNC, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais devidamente atualizados.

15 – DA ADJUDIÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste certame será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.

15.2. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

15.3. A homologação deste pregão compete à autoridade superior.

16 - DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

16.2 A impugnação/pedido de esclarecimento **deverá** ser realizada por forma eletrônica, no sistema do BNC em campo próprio para tal procedimento

16.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

16.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

16.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

17 – DO RECURSO

17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá no prazo máximo de **15 (quinze) minutos**, na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo **de até 03 (três) dias úteis** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 17.1, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.3. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

17.4. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

17.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme o art. 109 § 2º da lei 8.666/93. 1

17.6. Decididos os recursos e constada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

17.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema.

17.8. Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no, situado na Avenida Joaquim Falcão, nº109, centro, Pombos - PE

18 - DO PREGOEIRO, EQUIPE DE APOIO E DA AUTORIDADE SUPERIOR

18.1. Caberá ao Pregoeiro as atribuições dispostas no artigo 17, do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019.

18.2. Caberá à equipe de apoio auxiliar o Pregoeiro nas etapas do processo licitatório, conforme artigo 18 do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019.

18.3. A Autoridade Superior caberá às atribuições previstas no artigo 13 do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019.

18.4. O Pregoeiro ou autoridade superior buscarão subsídios em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto do objeto desta licitação.

19 - DO PAGAMENTO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.

19.1.1 Os pagamentos serão realizados integralmente, em correspondência com os *gêneros de expediente* efetivamente entregues no mês anterior ao do pagamento.

19.1.2 A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Prefeitura do Município de Pombos/PE, Localizada na Avenida Joaquim Falcão, nº 109, centro, Pombos – PE, ou diretamente nos órgãos participantes/demandantes.

19.2 Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar:

a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e INSS expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

19.3 O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

19.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19.5 Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

19.6 A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 18.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

19.7 Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

19.8 A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

19.9 Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato.

19.9.1 Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 65, inciso II, d da Lei 8.666/93 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento (s).

19.10 Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

19.11 Atualização Monetária:

19.11.1 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

19.12 Ata de Registro de Preço .

19.12.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, da Administração , respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, item por item, convocará os licitantes vencedores para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinarem a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

19.1.1 Em não comparecendo, tempestivamente, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante convocado decairá do seu direito à Contratação, conforme preceitua o Art. 4º, incisos XXII e XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

19.1.2 O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, de até **03 (três) dias úteis**, poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, durante o prazo transcurso, e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.2 A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura Contratação da Administração Pública Municipal ou dos Interessados, e destina-se ao registro dos preços e a subsidiar o acompanhamento destes. A Ata indicará o fornecedor, o órgão contratante e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste Edital, item a item.

19.3 Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa que teve seu preço registrado assume o compromisso de atender, durante o prazo de vigência os pedidos realizados, observado os quantitativos estimados.

19.4 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de Contratos com Administração Municipal e/ ou diretamente com os interessados.

19.5 O licitante registrado fica obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que não ultrapassem a estimativa de quantitativos de unidades a serem pedidas, acrescida 25% (vinte e cinco por cento).

19.6 Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

19.7 Se o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, ou recusar-se a assinar o referido instrumento, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a referida Ata, e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.8 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. • O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados.

19.9 Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado, a *Prefeitura Municipal de Pombos - PE* convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado;

- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- Na hipótese do subitem anterior, a *Prefeitura Municipal* convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do Processo Licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

19.10 Quando o preço de mercado para determinado item torna-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.
- Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação.

19.11 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá a revogação do Item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.12 O licitante registrado terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- Tiver presente razões de interesse público.

19.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Órgão gerenciador;

19.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

19.15 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta a Secretaria demandante, desde que devidamente comprovada à vantagem.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

19.16 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

19.17 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

19.18 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.19 - As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

19.20 - O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19.21 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

19.22 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19.23 - É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços desta Administração municipal.

19.24 – Qualquer omissão deste instrumento relacionada a ata de registro de preços será observada as regras do Decreto Federal de nº 7.892/2013.

19.16 - Compete aos licitantes registrados envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:

- Assinar a Ata de Registro de Preços.
- Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, do Edital e da Ata de Registro de Preços.
- Prestar os serviços no(s) prazo(s) máximo(s) determinado(s) no termo de Referência – Anexo I, deste Edital.
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Edital seus anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados.
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a Administração Pública municipal, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

- Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias, técnicos ou quaisquer outros.
- Manter durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos.
- Informar a Secretaria demandante ou ao Interessado, a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade dos serviços.

20 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

20.1 Os produtos deverão ser entregues nos quantitativos informados nas ordens de serviços gerado pelas Secretarias demandantes.

20.2 O transporte, carga e a descarga do objeto correrão por conta da Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.

20.3 O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

21 – DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

21.1 De acordo com o Termo de Referência.

22 – DO LOCAL DE ENTREGA

22.1. De acordo com o Termo de Referência

23 – DAS PENALIDADES

23.1 Se o contratado inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

23.1.1 Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do serviço, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do serviço;

23.1.2 Pela recusa em iniciar do fornecimento, caracterizada em cinco dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do serviço;

23.1.3 Pela demora em corrigir falhas no fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do serviço, por dia decorrido;

23.1.4 Pela recusa da contratada em corrigir falhas no serviço, entendendo-se como recusa no fornecimento não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento rejeitado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

23.1.5 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

2232 As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

23.3 Ficará sujeito à penalidade prevista no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02 (impedimento de licitar e contratar), sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e nas demais cominações legais, o contratante ou licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

23.3.1 Não celebrar o contrato;

23.3.2 Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;

23.3.3 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

23.3.4 Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;

23.3.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

23.4 As sanções e penalidades previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pelas autoridades competentes, assegurados ao contratado ou ao adjudicatário, o contraditório e a ampla defesa.

24 – DO REAJUSTE

24.1 - Os preços obtidos deste processo poderá ser reajustado anualmente, sendo o primeiro reajuste concedido após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta e terão como base o índice INPC do IBGE.

24.2 - CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO: os contratos administrativos serão reajustados em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta a que essa se referir, aplicando-se a fórmula (Decreto Federal nº 1.054/94) e índices:

$$R = [(I - I_0) / I_0] \times V$$

Onde:

R = Reajuste;

V = Valor inicial da Proposta;

I₀ = Índice específico do segmento na data da Proposta; I = Índice específico do segmento na data do Reajuste.

24.3 - Na hipótese de eventuais atrasos de responsabilidade da Contratada, não incidirá reajuste sobre o período correspondente.

25- DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Esta Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico poderá ser revogada por interesse da Administração, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

provocação de terceiros, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo a lei 10.520/2002.

25.2 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Pombos não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do Processo Licitatório.

25.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

25.5 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e das demais cominações legais.

25.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

25.7 As informações e esclarecimentos necessários a perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pelo Pregoeiro, no local e horário indicados deste Edital.

25.8 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.

25.9 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Pombos, Estado de Pernambuco, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

25.10 - São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III-A CADASTRO

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

ANEXO V – DECLARAÇÕES

ANEXO VI – MINUTA DE ATA

ANEXO VII – MINUTA CONTRATUAL

Pombos, 27 de junho de 2022.

Glauber Bezerra de Barros Silva
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE





PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

O presente termo de referência tem como objeto, a aquisição de medicamentos, parcelado por 12 meses, para atender a demanda do Hospital e Maternidade Virginia Colaço Dias, SAMU, CAPS, COVID-19 bem como as Unidades Básicas de Saúde com a distribuição gratuita de medicamentos diversos e Farmácia Básica, conforme RENAME apresentada pelo Ministério da Saúde, visando atender as necessidades apresentadas pela Rede Municipal de Saúde de Pombos PE.

2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DOS MEDICAMENTOS:

Itens com Cota exclusiva para Microempresa - ME, Micro Empreendedor Individual - MEI e Empresa de Pequeno Porte - EPP.

ITEM	PRODUTO / APRESENTAÇÃO	CODIGO CATMAT	UNIDADE	QT. ANUAL	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Ácido Ascórbico 100m/mL – 5ml	271687	Ampolas	4.800	R\$ 2,35	R\$ 11.280,00
2	Ácido Tranexâmico 50mg/mL – 5ml	327566	Ampolas	480	R\$ 5,07	R\$ 2.433,60
3	Adenosina 3mg/mL -2ml	278281	Ampolas	180	R\$ 12,89	R\$ 2.320,20
4	Epinefrina 1mg/mL-1ml	268255	Ampolas	1.500	R\$ 2,20	R\$ 3.300,00
5	Água Destilada - Ampola 10ml	276839	Ampolas	20.400	R\$ 0,46	R\$ 9.384,00
6	Água Destilada - Frascos com 500ml	276839	Ampolas	780	R\$ 7,52	R\$ 5.865,60
7	Ampicilina Sódica 1g	268207	Frascos-Ampolas	240	R\$ 7,88	R\$ 1.891,20
8	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI	270613	Frascos-Ampolas	1.320	R\$ 11,91	R\$ 15.721,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

9	Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 UI	270612	Frascos-Ampolas	4.500	R\$ 10,71	R\$ 48.195,00
10	Bicarbonato De Sódio 8,4% - ampola 10mL	268222	Ampolas	240	R\$ 0,87	R\$ 208,80
11	Bromoprida 5 mg/ml - ampola 2ml	269958-1	Ampolas	3.600	R\$ 3,09	R\$ 11.124,00
12	Butilbrometo De Escopolamina 20mg/mL-1ml	267282	Ampolas	1.800	R\$ 2,62	R\$ 4.716,00
13	Butilbrometo De Escopolamina + Dipirona Sódica 4 + 500mg/mL - 5mL	270621	Ampolas	6.000	R\$ 5,63	R\$ 33.780,00
14	Cefazolina Sódica 1g	268405	Frascos-Ampolas	1.020	R\$ 8,09	R\$ 8.251,80
15	Ceftriaxona Sódica 1g I.V.	442701	Frascos-Ampolas	7.200	R\$ 7,89	R\$ 56.808,00
16	Cetoprofeno 100mg - pó liófilo injetável Intravenoso	448844	Frascos-Ampolas	720	R\$ 6,79	R\$ 4.888,80
17	Cetoprofeno 50mg/mL - 2mL Sol. Injetável Intramuscular	448844	Ampolas	5.400	R\$ 3,08	R\$ 16.632,00
18	Cloridrato de Ciprofloxacino 2mg/mL - Frasco com 100ml	295682	Bolsas	180	R\$ 24,65	R\$ 4.437,00
19	Citrato de Fentanila 0,05mg/mL - ampola 10ml	271950-3	Frascos-Ampolas	360	R\$ 7,26	R\$ 2.613,60
20	Citrato de Fentanila 0,05mg/mL - ampola 2 ml	271950-1	Frascos-Ampolas	360	R\$ 3,82	R\$ 1.375,20
21	Clonidina 0,15mg/ml - 1mL	340206	Ampolas	360	R\$ 3,45	R\$ 1.242,00
22	Cloreto de Sódio 20% - ampola 10ml	267574	Ampolas	240	R\$ 0,71	R\$ 170,40
23	Cloreto de Suxametônio 100mg	268442	Frascos-Ampolas	120	R\$ 20,35	R\$ 2.442,00
24	Cloridrato de Amiodarona 50mg/ml-3ml	271710	Frascos-Ampolas	540	R\$ 2,69	R\$ 1.452,60
25	Cloridrato de Bupivacaína + Glicose 5 + 80mg/mL - 4ml	270095	Ampolas	600	R\$ 6,81	R\$ 4.086,00
26	Cloridrato de Clorpromazina 5mg/ml - 5ml	268069	Ampolas	120	R\$ 4,43	R\$ 531,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

27	Cloridrato de Dobutamina 12,5mg/ml - 20ml	268446	Ampolas	120	R\$ 10,37	R\$ 1.244,40
28	Cloridrato de Dopamina 5mg/ml – 10ml	293657	Ampolas	60	R\$ 4,40	R\$ 264,00
29	Cloridrato de Etilefrina 10mg/ml – 1ml	272198	Ampolas	288	R\$ 2,21	R\$ 636,48
30	Cloridrato de Hidralazina 20mg/ml – 1ml	268115	Ampolas	540	R\$ 6,67	R\$ 3.601,80
31	Cloridrato de Lidocaína 2% Sem Vaso Constrictor – 20mg/ml - 20mL	269888	Ampolas	720	R\$ 7,18	R\$ 5.169,60
32	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL – 2mL	267310	Ampolas	3.600	R\$ 0,69	R\$ 2.484,00
33	Cloridrato de Naloxona 0,4mg/ml – 1ml	272326	Ampolas	60	R\$ 10,69	R\$ 641,40
34	Cloridrato Ondansetrona 2mg/ml – ampola 4 ml	268504-1	Ampolas	3.600	R\$ 6,66	R\$ 23.976,00
35	Cloridrato de Petidina 50mg/ml – 2ml	272329	Ampolas	720	R\$ 3,14	R\$ 2.260,80
36	Cloridrato de Prometazina 25mg/mL - 2mL	267769	Ampolas	4.020	R\$ 3,63	R\$ 14.592,60
37	Cloridrato de Tramadol 50mg/mL - 2mL	292382	Ampolas	5.400	R\$ 3,58	R\$ 19.332,00
38	Deslanosídeo 0,2mg/ml – 2ml	276283	Ampolas	180	R\$ 2,28	R\$ 410,40
39	Diazepam 5mg/mL – 2mL	267197	Ampolas	3.600	R\$ 1,04	R\$ 3.744,00
40	Diclofenaco Sódico 25mg/mL – 3mL	270999	Ampolas	1.800	R\$ 1,32	R\$ 2.376,00
41	Dipirona Sódica 500mg/ml – 2ml	268252	Ampolas	20.400	R\$ 0,81	R\$ 16.524,00
42	Enoxaparina 40mg/0,4ml (Seringa Montada)	448982	Ampolas	540	R\$ 33,22	R\$ 17.938,80
43	Enantato de Flufenazina 25 mg/ml - 1ml	271118	Ampolas	1.020	R\$ 9,51	R\$ 9.700,20
44	Etomidato 2 mg/mL - 10mL	270116	Ampolas	60	R\$ 21,23	R\$ 1.273,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

45	Fenitoína Sódica 50mg/ml – 5ml	267107	Ampolas	120	R\$ 5,20	R\$ 624,00
46	Fenobarbital 100mg/ml – 2ml	300725	Ampolas	120	R\$ 2,61	R\$ 313,20
47	Fosfato de Clindamicina 150mg/ml – 4ml	292419-2	Ampolas	540	R\$ 6,85	R\$ 3.699,00
48	Fosfato Dissódico de Dexametasona 4mg/mL – 2,5mL	3000733	Ampolas	12.000	R\$ 5,19	R\$ 62.280,00
49	Furosemida 10mg/ml – 2ml	267666	Ampolas	10.200	R\$ 1,78	R\$ 18.156,00
50	Gliconato de Cálcio 10% - ampola 10mL	270019	Ampolas	420	R\$ 2,54	R\$ 1.066,80
51	Glicose 50% - ampola 10mL	267541	Ampolas	5.040	R\$ 0,65	R\$ 3.276,00
52	Haloperidol 5mg/mL – 1mL	267669	Ampolas	360	R\$ 6,03	R\$ 2.170,80
53	Haloperidol, Decanoato 50mg/ml – 1ml	292194	Ampolas	1.800	R\$ 10,16	R\$ 18.288,00
54	Hemitartarato de Norepinefrina 2mg/mL – 4mL	442584	Ampolas	600	R\$ 7,94	R\$ 4.764,00
55	Heparina Sódica 5.000 UI/mL Solução Injetável – Ampola 5 mL	272796	Ampolas	720	R\$ 18,16	R\$ 13.075,20
56	Hidrocortisona, Succinato sódico 100mg	270220	Frascos-Ampolas	360	R\$ 3,93	R\$ 1.414,80
57	Hidrocortisona, Succinato sódico 500mg	270219	Frascos-Ampolas	1.800	R\$ 6,80	R\$ 12.240,00
58	Insulina Humana NPH - Suspensão Inj. 100 UI/mL – 10mL	271157	Frascos-Ampolas	240	R\$ 32,76	R\$ 7.862,40
59	Insulina Humana Regular - Solução Injetável 100 UI/mL – 10mL	271154	Frascos-Ampolas	360	R\$ 32,76	R\$ 11.793,60
60	Maleato de Metilergometrina 0,2mg/mL – 1mL	267645	Ampolas	600	R\$ 2,92	R\$ 1.752,00
61	Metilsulfato de Neostgmina 0,5mg/ml – 1ml	273457	Ampolas	300	R\$ 2,09	R\$ 627,00
62	Metronidazol 5mg/ml - ampola 100ml	268498	Ampolas	600	R\$ 6,53	R\$ 3.918,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

63	Midazolam, Cloridrato 5mg/mL – 3mL	268481-1	Ampolas	300	R\$ 5,75	R\$ 1.725,00
64	Midazolam, Cloridrato 5mg/mL – 10mL	268481-2	Ampolas	360	R\$ 8,33	R\$ 2.998,80
65	Nitroglicerina 5mg/mL - ampola 10mL	268970	Ampolas	180	R\$ 39,96	R\$ 7.192,80
66	Ocitocina 5 UI/ml – 1ml	268277	Ampolas	1.440	R\$ 2,48	R\$ 3.571,20
67	Omeprazol Sódico 40mg	268160	Frascos- Ampolas	3.600	R\$ 16,07	R\$ 57.852,00
68	Piperacilina Sódica + Tazobactam Sódica 4,5g (4g + 500mg)	271725	Frascos- Ampolas	660	R\$ 19,70	R\$ 13.002,00
69	Ranitidina, Cloridrato 25mg/mL – 2mL	267735	Ampolas	7.200	R\$ 0,98	R\$ 7.056,00
70	Solução de Manitol 20% - 250mL sistema fechado	299675	Ampolas	120	R\$ 8,33	R\$ 999,60
71	Sulfato de Atropina 0,25mg/ml – 1ml	268214	Ampolas	1.020	R\$ 1,55	R\$ 1.581,00
72	Sulfato de Gentamicina 80mg/ml – 2ml	269759	Ampolas	600	R\$ 2,06	R\$ 1.236,00
73	Sulfato de Magnésio 50% - ampola 10ml	268075	Ampolas	420	R\$ 8,21	R\$ 3.448,20
74	Sulfato de Morfina 0,2mg/mL – 1mL	304870	Ampolas	240	R\$ 5,39	R\$ 1.293,60
75	Sulfato de Morfina 10mg/mL – 1mL	271392	Ampolas	540	R\$ 4,58	R\$ 2.473,20
76	Tenoxicam 20mg	268532	Frascos- Ampolas	720	R\$ 7,42	R\$ 5.342,40
77	Vitamina K (fitomenadiona) 10mg/mL – 1mL	926775	Ampolas	900	R\$ 3,82	R\$ 3.438,00
78	Vitaminas do Complexo B – 2mL	437109	Ampolas	4.800	R\$ 3,07	R\$ 14.736,00
79	Ácido Valproico 250mg (valproato de sódio)	267504	Comprimidos	32.400	R\$ 0,39	R\$ 12.636,00
80	Ácido Valproico 50mg/mL – xarope 100mL (valproato de sódio)	308732	Frascos	1.500	R\$ 5,76	R\$ 8.640,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

81	Ácido Valproico 500mg (valproato de sódio)	267505	Comprimidos	49.200	R\$ 0,74	R\$ 36.408,00
82	Amitriptilina, Cloridrato 25mg	267512	Comprimidos	91.200	R\$ 0,24	R\$ 21.888,00
83	Aripiprazol 20mg	364781	Comprimidos	720	R\$ 0,75	R\$ 540,00
84	Biperideno, Cloridrato 2mg	270140	Comprimidos	54.000	R\$ 0,27	R\$ 14.580,00
85	Bromazepam 3mg	271773	Comprimidos	18.000	R\$ 0,14	R\$ 2.520,00
86	Bromazepam 6mg	271774	Comprimidos	18.000	R\$ 0,19	R\$ 3.420,00
87	Carbamazepina 20mg/mL - Susp. Oral 100mL	272454-1	Frascos	600	R\$ 15,65	R\$ 9.390,00
88	Carbamazepina 200mg	267618	Comprimidos	72.000	R\$ 0,37	R\$ 26.640,00
89	Carbonato de Lítio 300mg	267621	Comprimidos	36.000	R\$ 0,60	R\$ 21.600,00
90	Clonazepam 0,5mg	270118	Comprimidos	24.000	R\$ 0,13	R\$ 3.120,00
91	Clonazepam 2mg	270119	Comprimidos	228.000	R\$ 0,18	R\$ 41.040,00
92	Clonazepam 2,5mg/ml – 20ml	270120	Frascos	480	R\$ 3,98	R\$ 1.910,40
93	Clorpromazina, Cloridrato 100mg	267638	Comprimidos	60.000	R\$ 0,40	R\$ 24.000,00
94	Codeína 30mg + Paracetamol 500mg	272782	Comprimidos	12.000	R\$ 0,63	R\$ 7.560,00
95	Diazepam 10mg	267197	Comprimidos	156.000	R\$ 0,10	R\$ 15.600,00
96	Fenitoína Sódica 100mg	267657	Comprimidos	36.000	R\$ 0,20	R\$ 7.200,00
97	Fenobarbital Sódico 100mg	267660	Comprimidos	66.000	R\$ 0,18	R\$ 11.880,00
98	Fenobarbital Sódico 40mg/mL - Sol. Oral-20ml	300723	Frascos	480	R\$ 4,95	R\$ 2.376,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

99	Fluoxetina, Cloridrato 20mg	273009	Comprimidos	84.000	R\$ 0,11	R\$ 9.240,00
100	Haloperidol 5mg	267669	Comprimidos	72.000	R\$ 0,25	R\$ 18.000,00
101	Itraconazol 100mg	268861	Cápsulas	3.600	R\$ 2,22	R\$ 7.992,00
102	Levomepromazina, Maleato 40mg/mL - Sol. Oral 20mL	268130	Frascos	600	R\$ 12,29	R\$ 7.374,00
103	Levomepromazina, Maleato 100mg	268129	Comprimidos	72.000	R\$ 1,07	R\$ 77.040,00
104	Levomepromazina, Maleato 25mg	268128	Comprimidos	12.000	R\$ 0,56	R\$ 6.720,00
105	Oxcarbazepina 6% (60mg/mL) suspensão oral 100mL	273255	Frascos	48	R\$ 24,43	R\$ 1.172,64
106	Risperidona 2mg	268149	Comprimidos	72.000	R\$ 0,36	R\$ 25.920,00
107	Sertralina, Cloridrato 50mg	272365	Comprimidos	96.000	R\$ 0,48	R\$ 46.080,00
108	Topiramato 50mg	272850	Comprimidos	2.400	R\$ 0,48	R\$ 1.152,00
109	Divalproato de Sódio ER 500mg liberação prolongada	352912	Comprimidos	4.320	R\$ 0,81	R\$ 3.499,20
110	Venlafaxina 150mg	272380	Comprimidos	720	R\$ 2,39	R\$ 1.720,80
111	Vitelinato de Prata 10% (100mg/mL) Sol. Oftálmica 5mL	267732	Frascos	12	R\$ 8,20	R\$ 98,40
112	Fenilefrina + Tetracaína, Cloridrato 1 + 10mg/mL Sol. Oftálmica 10mL	396853-2	Frascos	12	R\$ 5,55	R\$ 66,60
113	Maleato De Timolol 0,5% Sol. Oftálmica 5mL	395807	Frascos	600	R\$ 4,90	R\$ 2.940,00
114	Cloreto de Sódio 0,9% - Solução Injetável, Sistema Fechado 100mL	268236-1	Bisnagas	7.200	R\$ 4,29	R\$ 30.888,00
115	Cloreto de Sódio 0,9% - Solução Injetável, Sistema Fechado 250mL	268236-3	Bisnagas	7.200	R\$ 5,84	R\$ 42.048,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

116	Cloreto de Sódio 0,9% - Solução Injetável, Sistema Fechado 500mL	268236-4	Bisnagas	16.800	R\$ 7,06	R\$ 118.608,00
117	Soro Glicosado 5% - Solução Injetável, Sistema Fechado 500mL	270092	Bisnagas	3.600	R\$ 6,55	R\$ 23.580,00
118	Soro Ringer Lactato Sódico - Solução Injetável, Sistema Fechado 500mL	303292	Bisnagas	3.600	R\$ 9,33	R\$ 33.588,00
119	Aciclovir Creme 5% (5mg/g) 10g	268375	Bisnagas	2.400	R\$ 3,00	R\$ 7.200,00
120	Aciclovir 200mg	268370	Comprimidos	14.400	R\$ 0,27	R\$ 3.888,00
121	Ácido Acetilsalicílico 100mg	267502	Comprimidos	168.000	R\$ 0,05	R\$ 8.400,00
122	Ácido Fólico 5mg	267503	Comprimidos	96.000	R\$ 0,06	R\$ 5.760,00
123	Ácido Ascórbico 200mg/mL Sol. Oral gotas 20mL	271687	Frascos	3.600	R\$ 2,22	R\$ 7.992,00
124	Ambroxol, Cloridrato 6mg/mL Xarope 100mL	446263	Frascos	3.600	R\$ 2,65	R\$ 9.540,00
125	Ambroxol, Cloridrato 3mg/mL Xarope 100mL	446264	Frascos	3.600	R\$ 2,74	R\$ 9.864,00
126	Clonidina, Cloridrato 0,100mg	272043	Comprimidos	2.400	R\$ 0,37	R\$ 888,00
127	Albendazol 400mg	267506	Comprimidos	6.000	R\$ 0,45	R\$ 2.700,00
128	Albendazol 40mg/ml – Suspensão Oral-10ml	267507-1	Frascos	3.600	R\$ 1,20	R\$ 4.320,00
129	Alendronato de Sódio 70mg	269462	Comprimidos	2.400	R\$ 0,53	R\$ 1.272,00
130	Amoxicilina 500mg	271089	Cápsulas	54.000	R\$ 0,34	R\$ 18.360,00
131	Amoxicilina 50mg/ml – pó para suspensão oral- 60ml	271111-1	Frascos	4.800	R\$ 4,60	R\$ 22.080,00
132	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 500mg + 125mg	271217	Comprimidos	6.000	R\$ 1,50	R\$ 9.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

133	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 50mg/mL + 12,5mg/mL – pó para suspensão oral 75mL	448841	Frascos	1.200	R\$ 16,09	R\$ 19.308,00
134	Anlodipino, Besilato 10mg	268896	Comprimidos	72.000	R\$ 0,11	R\$ 7.920,00
135	Anlodipino, Besilato 5mg	272434	Comprimidos	60.000	R\$ 0,06	R\$ 3.600,00
136	Atenolol 25mg	267518	Comprimidos	60.000	R\$ 0,13	R\$ 7.800,00
137	Atenolol 50mg	267517	Comprimidos	72.000	R\$ 0,10	R\$ 7.200,00
138	Azitromicina 500mg	267140	Comprimidos	36.000	R\$ 1,37	R\$ 49.320,00
139	Azitromicina 200mg/5mL – pó para suspensão oral (600mg)	314517-1	Frascos	4.200	R\$ 14,93	R\$ 62.706,00
140	Brometo de Ipratrópio 0,25mg/mL – 20mL	268331-2	Frascos	1.200	R\$ 1,33	R\$ 1.596,00
141	Budesonida 50mcg com 120 doses Spray Nasal	266701	Frascos	24	R\$ 9,60	R\$ 230,40
142	Butilbrometo de escopolamina 10mg + Dipirona Sódica 250mg	270971	Comprimidos	30.000	R\$ 0,53	R\$ 15.900,00
143	Butilbrometo de escopolamina 6,67mg/mL + Dipirona Sódica 333,4mg/mL – solução oral gotas – 20mL	270622	Frascos	6.000	R\$ 7,57	R\$ 45.420,00
144	Captopril 25mg	267613	Comprimidos	444	R\$ 0,05	R\$ 22,20
145	Carvão vegetal ativado pó para suspensão oral 250g	371080	Potes	48	R\$ 33,03	R\$ 1.585,44
146	Carvedilol 12,5mg	267564	Comprimidos	48	R\$ 0,16	R\$ 7,68
147	Carvedilol 6,25mg	267565	Comprimidos	48.000	R\$ 0,15	R\$ 7.200,00
148	Cefalexina Sódica 500mg	267625	Comprimidos	48.000	R\$ 0,47	R\$ 22.560,00
149	Cefalexina 250mg/5mL – Pó para suspensão oral 60mL	267625	Frascos	3.600	R\$ 8,01	R\$ 28.836,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

150	Cetoconazol 2% - Creme Dermatológico 30g	308736	Comprimidos	3.600	R\$ 4,12	R\$ 14.832,00
151	Cetoconazol 200mg	267151	Comprimidos	24.000	R\$ 0,31	R\$ 7.440,00
152	Ciprofloxacino, Cloridrato 500mg	267632	Comprimidos	38.400	R\$ 0,33	R\$ 12.672,00
153	Clopidogrel, Bissulfato 75mg	272045	Comprimidos	2.400	R\$ 0,52	R\$ 1.248,00
154	Cloridrato de propranolol 40mg	272045	Comprimidos	120.000	R\$ 0,05	R\$ 6.000,00
155	Colagenase 0,6UI/g + Cloranfenicol 0,01g/g 30g	0270495-1	Bisnagas	1.800	R\$ 20,44	R\$ 36.792,00
156	Dexametasona Creme 0,1% (1mg/g) 15g	0267643-2	Bisnagas	6.000	R\$ 1,62	R\$ 9.720,00
157	Dexclorfeniramina, maleato 0,4mg/mL 100mL	0267646-1	Frascos	5.400	R\$ 2,21	R\$ 11.934,00
158	Diacereína 50mg	291802	Cápsulas	1.440	R\$ 2,02	R\$ 2.908,80
159	Digoxina 0,25mg	267648	Comprimidos	12.000	R\$ 0,13	R\$ 1.560,00
160	Dinitrato de Isossorbida 5mg S.L.	273395	Comprimidos	2.400	R\$ 0,48	R\$ 1.152,00
161	Dipirona Sódica 500mg	267203	Comprimidos	156.000	R\$ 0,17	R\$ 26.520,00
162	Dipirona Sódica 500mg/mL Sol. Oral gotas 10mL	267205	Frascos	24.000	R\$ 1,07	R\$ 25.680,00
163	Domperidona 1mg/ml - 100mL	269963	Frascos	240	R\$ 7,64	R\$ 1.833,60
164	Esomeprazol 20mg (Ésio ou Nexium). Demanda Judicial, precisa ser uma dessas duas marcas por ser diluído em sonda.	274186	Comprimidos	720	R\$ 0,39	R\$ 280,80
165	Esomeprazol 40mg (Ésio ou Nexium). Demanda Judicial, precisa ser uma dessas duas marcas por ser diluído em sonda.	274187	Comprimidos	720	R\$ 0,78	R\$ 561,60
166	Espironolactona 25mg	267653	Comprimidos	36.000	R\$ 0,21	R\$ 7.560,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

167	Fenoterol, Bromidrato 5mg/mL – 20ml	267256	Frascos	1.200	R\$ 3,65	R\$ 4.380,00
168	Fluconazol 150mg	267662	Comprimidos	6.000	R\$ 0,63	R\$ 3.780,00
169	Furoato de Fluticasona 27,5mcg/dose com 120 doses	395439	Sprays	24	R\$ 31,00	R\$ 744,00
170	Furosemida 40mg	267666	Comprimidos	204.000	R\$ 0,09	R\$ 18.360,00
171	Glibenclamida 5mg	267671	Comprimidos	300.000	R\$ 0,05	R\$ 15.000,00
172	Hidroclorotiazida 25mg	267674	Comprimidos	480.000	R\$ 0,04	R\$ 19.200,00
173	Hidróxido de Alumínio 61,5mg/ml - Suspensão oral -100ml	340783-2	Frascos	3.600	R\$ 2,96	R\$ 10.656,00
174	Ibuprofeno 100mg/mL Sol. Oral Gotas 20mL	332755-3	Frascos	6.000	R\$ 2,24	R\$ 13.440,00
175	Ibuprofeno 600mg	267676	Comprimidos	60.000	R\$ 0,25	R\$ 15.000,00
176	Ivermectina 6mg	376767	Comprimidos	6.000	R\$ 0,98	R\$ 5.880,00
177	Lactulose 667mg/mL xarope 120mL	305247	Frascos	192	R\$ 4,28	R\$ 821,76
178	Lidocaína, Cloridrato 2% (20mg/g) Geleia 30g	269846-2	Bisnagas	1.440	R\$ 3,15	R\$ 4.536,00
179	Lidocaína, Cloridrato 10% (100mg/mL) Solução Spray 50mL	269845	Frascos	12	R\$ 65,49	R\$ 785,88
180	Loratadina 1mg/mL xarope 100mL	273467-2	Frascos	4.800	R\$ 4,47	R\$ 21.456,00
181	Losartana Potássica 50mg	268856	Comprimidos	600.000	R\$ 0,09	R\$ 54.000,00
182	Loção oleosa (AGE + TCM + Vit.A + Vit.E + Lecitina de soja) - óleo de girassol 100ml	281657	Frascos	2.400	R\$ 6,77	R\$ 16.248,00
183	Maleato de Enalapril 10mg	267651	Comprimidos	180.000	R\$ 0,06	R\$ 10.800,00
184	Maleato de Enalapril 5mg	267650	Comprimidos	156.000	R\$ 0,09	R\$ 14.040,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

185	Metformina, Cloridrato 850mg	0267691	Comprimidos	480.000	R\$ 0,12	R\$ 57.600,00
186	Metildopa 250mg	0267689	Comprimidos	60.000	R\$ 0,58	R\$ 34.800,00
187	Metronidazol 250mg	267717	Comprimidos	12.000	R\$ 0,18	R\$ 2.160,00
188	Metronidazol 400mg	268499	Comprimidos	12.000	R\$ 0,42	R\$ 5.040,00
189	Metronidazol 100mg/g - Gel Vaginal 50g + aplicadores	345300	Bisnagas	4.800	R\$ 7,29	R\$ 34.992,00
190	Neomicina, Sulfato + Bacitracina 5mg/g + 250UI/g Pomada 10g	273166	Bisnagas	6.000	R\$ 2,36	R\$ 14.160,00
191	Nifedipino 10mg	267728-2	Comprimidos	18.000	R\$ 0,19	R\$ 3.420,00
192	Nimesulida 100mg	273710	Comprimidos	120.000	R\$ 0,14	R\$ 16.800,00
193	Nistatina 25.000 UI/g Creme Vaginal 60g + aplicadores	266788-2	Bisnagas	6.000	R\$ 4,85	R\$ 29.100,00
194	Nistatina 100.000 UI/mL Susp. Oral 30ml	266788	Frascos	180	R\$ 5,04	R\$ 907,20
195	Óleo Mineral Puro (100%) 100ml	233632-1	Frascos	2.400	R\$ 3,93	R\$ 9.432,00
196	Omeprazol 20mg	267712	Cápsulas	84.000	R\$ 0,12	R\$ 10.080,00
197	Paracetamol 500mg	267778	Comprimidos	120.000	R\$ 0,34	R\$ 40.800,00
198	Paracetamol 200mg/mL Solução oral gotas 20mL	267777	Frascos	14.400	R\$ 1,70	R\$ 24.480,00
199	Permetrina 1% (10mg/mL) Loção 60mL	267773	Frascos	1.800	R\$ 2,84	R\$ 5.112,00
200	Multivitaminas + Sais minerais suspensão oral 100mL	987493	Frascos	2.400	R\$ 9,64	R\$ 23.136,00
201	Prednisolona, Fosfato Sódico 3mg/mL Solução Oral 60mL	268150-1	Frascos	4.800	R\$ 8,41	R\$ 40.368,00
202	Prednisona 20mg	267743	Comprimidos	24.000	R\$ 0,33	R\$ 7.920,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

203	Prednisona 5mg	267741	Comprimidos	12.000	R\$ 0,11	R\$ 1.320,00
204	Prometazina, Cloridrato 25mg	267768	Comprimidos	72.000	R\$ 0,21	R\$ 15.120,00
205	Propatilnitrato 10mg	273135	Comprimidos	2.400	R\$ 0,23	R\$ 552,00
206	Sais Para Reidratação Oral 27,9g	268390	Envelopes	1.800	R\$ 0,96	R\$ 1.728,00
207	Simeticona 75mg/mL Emulsão oral gotas 10mL	412965-1	Frascos	7.200	R\$ 2,26	R\$ 16.272,00
208	Sinvastatina 20mg	267747	Comprimidos	120.000	R\$ 0,14	R\$ 16.800,00
209	Sinvastatina 40mg	267745	Comprimidos	120.000	R\$ 0,23	R\$ 27.600,00
210	Solução retal para enema (Fosfato de sódio monobásico 0,16g/mL + Fosfato de sódio dibásico 0,06g/mL) 133mL	269622	Frascos	300	R\$ 9,87	R\$ 2.961,00
211	Succinato de Metoprolol 25mg (Comprimido de liberação prolongada)	276656	Comprimidos	1.440	R\$ 0,26	R\$ 374,40
212	Sucralfato 2g/10ml	300498	Flaconetes	720	R\$ 3,25	R\$ 2.340,00
213	Sulfadiazina de Prata creme 1% - Pote 400g	272089-7	Potes	240	R\$ 48,98	R\$ 11.755,20
214	Sulfato de Salbutamol Spray 100mcg/dose com 200 doses	272089	Frascos	3.360	R\$ 12,82	R\$ 43.075,20
215	Sulfato Ferroso Sol. Oral Gotas (25mg/mL de ferro elementar) 30mL	292345	Frascos	1.800	R\$ 1,13	R\$ 2.034,00
216	Sulfato Ferroso 40mg de ferro elementar	292345	Comprimidos	216.000	R\$ 0,07	R\$ 15.120,00
217	Varfarina Sódica 5mg	292344	Comprimidos	1.440	R\$ 0,26	R\$ 374,40
	VALOR TOTAL R\$					2.715.295,08

3. Valor médio total da licitação: R\$ 2.715.295,08 (dois milhões, setecentos e quinze mil, duzentos e noventa e cinco reais e oito centavos).

4. JUSTIFICATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSIDERANDO o que diz a Constituição Federal de 1988 no artigo 196 diz que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de medicamentos para atender a necessidade do Hospital e Maternidade Virginia Colaço Dias, SAMU, Unidades Básica de Saúde, e Farmácia Básica, uma vez que se tornam indispensáveis o atendimento à população;

Tendo em vista a necessidade de se buscar cumprir as necessidades básicas, minimizando custos, com a manutenção e recuperação da saúde;

Tendo em vista a necessidade de garantir a fruição dos essenciais serviços de saúde em nível que nenhum cidadão esteja desamparado;

CONSIDERANDO a necessidade de manter os serviços implantados na Rede Municipal de Saúde de Pombos/PE;

Desta forma, diante de tudo acima que foi exposto, a Secretaria Municipal de Saúde de Pombos PE, realiza a presente licitação objetivando a aquisição de medicação para o abastecimento da Rede Municipal de Saúde de Pombos PE.

5. PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado mediante a entrega das medicações dentro do prazo de validade com no mínimo 12 meses, mediante a apresentação da Nota Fiscal de compra, no do prazo de 30 dias a contar da data de entrega.

5.2. A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE à documentação necessária ao pagamento no endereço da Secretaria de Saúde de Pombos PE, no endereço: Rua Esperidião Vieira Sandres, S/Nº. Centro, Pombos-PE.

5.3. Para a liberação do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar em conjunto da Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão de Regularidade de Fiscal Estadual
- b) Certidão de Regularidade Fiscal Municipal;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- d) Certificado de Regularidade do FTGS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(SAÚDE)

Func/Progr.: 1012210012.105 – **GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS**

33903000: **Material de consumo**

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

33903200: **Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita**

Fonte de Recurso: **001** – Recursos Ordinários

(ATENÇÃO BÁSICA)

Func/Progr.:1030110042.108 – **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(MAC – Hospital, SAMU, CAPS e Fisioterapia)

Func/Progr.:1030210052.109 – **MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL – MAC**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(VIGILÂNCIA EM SAÚDE)

Func/Progr.:1030510072.113 – **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(FARMÁCIA BÁSICA)

Func/Progr.:1030310062.111 – **MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMÁCIA BÁSICA**

33903000: Material de consumo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

(COVID)

Func/Progr.: 1012208042.104 – **AÇÕES DE ENFRENTAMENTO E COMBATE AO COVID-19 CORONAVÍRUS**

33903000: Material de consumo

Fontes de Recurso: **211**- Receitas de impostos e de transferência de impostos – saúde, **214** – Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco Custeio.

7. DOS PROCEDIMENTOS DE ENTREGA:

7.1 A Entrega dos medicamentos e insumos farmacêuticos deverá ser feita em até 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.2 - A entrega deverá ser feita na CAF _ Central de Abastecimento Farmacêutico, situada na Rua: Prefeito Edward Cavalcante nº103 Bairro: Novo, no horário das 08:00hs às 12:00hs, de segunda a sexta – feira.

7.3 - Os medicamentos que são registrados na ANVISA deverão possuir impresso em seu rótulo o número de registro emitido pela respectiva Agência. Os medicamentos dispensados de registro deverão ter em sua embalagem os dizeres "Declarado isento de registro pelo Ministério da Saúde". Na embalagem dos medicamentos genéricos deverá estar escrito "Medicamento Genérico", dentro de uma tarja amarela. Além disso, deverá constar impresso: "Lei nº 9.787/99.

7.4 - Os medicamentos e insumos farmacêuticos a serem fornecidos pelas empresas contratadas deverão apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

7.5 - Os Medicamentos e insumos farmacêuticos deverão ter obrigatoriamente, no mínimo, 01 (um) ano de validade, a contar da data da entrega.

7.6 - Na nota fiscal emitida deverá constar obrigatoriamente o número dos lotes dos medicamentos.

7.7 - Os medicamentos sujeitos ao controle especial referente à Portaria GM/MS nº 344, de 12/05/98 deverão constar de nota fiscal separada dos demais não enquadrados na norma citada.

7.8 - Os medicamentos deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado, nas condições e temperatura exigidas no rótulo. Nenhuma remessa será aceita pelo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

almoxarifado, caso não tenha sido transportada nas condições ideais de conserva e armazenamento, como por exemplo, em caminhões que transportem os produtos com a câmara frigorífica desligada. Sendo constatada qualquer irregularidade, o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável pelo recebimento e imediatamente comunicado à Secretaria de Saúde para que sejam adotadas as sanções cabíveis.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONDIÇÕES DO PARTICIPANTE

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar Registro ou Inscrição na Entidade Profissional, Conselho Regional de Farmácia ou outro Conselho competente, da sede da empresa;

8.2. No mínimo 01 (um) atestado de Capacidade Técnica ou de Fornecimento, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a capacitação para realização de seu objeto social de forma satisfatória;

8.3-Comprovação de Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE. A empresa que produz e/ou comercializa medicamentos sujeitos a controle especial deverá entregar comprovação da AFE especial, conforme determina a Portaria GM/MS nº 344, de 12/05/98;

8.4- Comprovação de Licenciamento Sanitário estadual ou municipal.

8.5- Todos os produtos deverão ter registro na ANVISA, e encaminhado junto com a proposta reformulada

8.6-Poderão participar deste Pregão, as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências do edital;

Não poderão participar da presente licitação:

8.7- Pessoas físicas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.8- Empresas em regime de subcontratação ou, ainda, em consórcio e que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

8.9- Empresas que estejam sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação e que também tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou.

8.9- Empresas que não tenham cumprido, integralmente, contratos anteriores firmados ou que, embora ainda vigente, se encontrem inadimplentes com qualquer das obrigações assumidas, quer com esta Prefeitura, quer com outros órgãos e entidades públicas e empresas estrangeiras que não funcionem no País. Não será admitida a participação conjunta nesta licitação, de Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si ou, ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. Entregar os medicamentos de acordo com as especificações do edital de licitação, fazendo cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho;

9.2 manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3 assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;

9.4 Os medicamentos deverão ser entregues na CAF- CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO, no endereço Rua Esperidião Vieira Sandres, S/N. Centro, Pombos/PE, sem quaisquer custos com transporte ou fretes, encargos

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

fiscais, trabalhistas e previdenciários, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação, juntamente com a respectiva Nota Fiscal.

9.5 Ficam vedadas as entregas de medicamentos, por parte da Empresa contratada, sem a prévia autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

9.6 O prazo de validade do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE A CONTRATADA

Obriga-se a:

10.1 Exercer o acompanhamento do contrato;

10.2. Efetuar o pagamento mediante entrega das medicações e apresentação da nota fiscal.

10.3. Analisar os documentos relativos à comprovação do pagamento.

10.4. Convocar o licitante sempre que necessário, para corrigir falhas.

10.5. Aplicar sanções cabíveis pactuadas em contrato.

11. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

11.1 A presente licitação será realizada através da modalidade Pregão na forma eletrônica

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 O critério de julgamento será o menor preço por item

13. DA VIGÊNCIA

13.1 As atas ou contratos oriundos dessa licitação terão vigência de 12(doze) meses.

14. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

14.1 Os licitantes deverão apresentar proposta de preço, com validade de 60 (Sessenta) dias conforme Termo de Referência;

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração da Secretaria de Saúde à continuidade do contrato.

17. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE A SEREM ADOTADOS

17.1. Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;

17.2. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual CONTRATANTE;

17.3. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

17.4. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº 12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face a omissão de previsão na legislação municipal.

.18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A fiscalização periódica do cumprimento do objeto deste contrato será confiada ao Sr. Leandro Soares da Silva, enquanto que a responsabilidade pela gestão do contrato ficará a cargo do servidor indicado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

19. DAS SANÇÕES

19.1 A(s) licitante(s) que descumprir (em) quaisquer das cláusulas ou condições do especificadas, ficará (ão) sujeita(s) às penalidades previstas nos do art. 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, serão aplicadas

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

as seguintes cominações, cumulativas ou não: Advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Pombos, por prazo de até 02 (dois) anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

20.0 DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1 Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente.

20.2 O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

20.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Pombos/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Pombos, 21 de junho de 2022.

Leandro Soares da Silva
Farmacêutico da FMS de Pombos-PE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

ANEXO II

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2022

_____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Esta declaração deverá ser inserida no sistema eletrônico de compras juntamente com os demais documentos de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO III

PLANILHA DE COTAÇÃO

Processo Licitatório : _____

Pregão Eletrônico: _____

Prazo Validade Proposta	
-------------------------	--

DADOS DA EMPRESA		DADOS DO RESP.PELA ASSINATURA DO ACORDO ADMINISTRATIVO	
Razão Social		Nome	
CNPJ		Estado civil	
Insc. Estadual		Profissão	
Insc. Municipal		CPF	
Telefone		Identidade	
Fax		Domicílio	
E-mail		cargo	
Banco			
Agência			
Conta-Corrente			
Praça Pagamento			
Endereço			

Declaro que tenho ciência e concordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

_____, de _____ de _____

(Local)

(Data)

(Assinat. Rep. Legal)

OBSERVAÇÕES:

a) Os licitantes deverão fazer seus lances pelo valor TOTAL DO ITEM, apurado conforme planilha acima.

b) Somente o arrematante deverá encaminhar a Prefeitura a proposta comercial detalhada e ajustada ao valor do lance, constando todas as características que individualizem o produto ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- c) Ao ajustar os preços ao valor do lance, deverá ser observada a manutenção de duas casas decimais.
- d) O valor total do lote, em hipótese alguma, poderá ser superior ao valor do menor lance ofertado pela empresa.
- e) A proposta deverá estar acompanhada do contrato social e de cópia dos documentos de identidade e CPF do representante legal. **Caso seja designado um procurador, deverá ser apresentada a procuração que conceda poderes específicos para representar a empresa em licitações e firmar contratos.**

VALOR GLOBAL É DE R\$





PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO III-A
CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

Processo Licitório : __ Pregão Eletrônico: _____

Posição		CNPJ
1		
2		
...		





PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO (MICROEMPRESA, EPP ou MEI)**

A

Ref : PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2022

A empresa _____, com sede_, inscrita no CNPJ sob o n._

que em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico n.003/2022, sob pena as penas da Lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º§4º, da LC 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido na referida Lei.

Local/data

**Assinatura do representante legal
CNPJ da empresa**



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO V

Ref : PREGÃO ELETRÔNICO N. 003/2022

ANEXO V
DECLARAÇÃO

A empresa ...(Razão Social)....., inscrita no CNPJ n. ... , DECLARA, para os devidos fins e sob os ditames da lei que não possui e não contratará durante a vigência da avença decorrente deste certame empregados ou sócios que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

DECLARA que nos termos do art. 7º, XXXIII da CF/88, não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalhador menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

DECLARA, sob as penas da lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências supervenientes.

DECLARA que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

DECLARA, que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto deste Pregão Eletrônico n. 003/2022.

Local/data

Nome e RG do representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº 003/2022
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 003/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº /2022

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e Treze, o MUNICIPIO DE POMBOS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ, com sede à _____, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, a Sra. _____, RG. _____ CPF. _____, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro as empresas: _____ denominadas DETENTORAS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme decisão exarada às fls. _____, homologada às fls. _____ do processo administrativo Referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2022 a, para o REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2022, consoante consta do Processo nº 003/2022 visando a **Aquisição parcelada de medicamentos para atender as Unidades de Saúde da Família - PSF, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e Farmácia Básica**, aplicando-se ainda, subsidiariamente a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e, os Decretos Municipais nº 005/2017, acordam, mediante as seguintes cláusulas e condições transcritas nesta Ata.

1 -DO OBJETO

1.1 -O presente pregão eletrônico para registro de preços tem por objeto a aquisição de medicamentos, parcelado por 12 meses, para atender a demanda do Hospital e Maternidade Virginia Colaço Dias, SAMU, CAPS, COVID-19 bem como as Unidades Básicas de Saúde com a distribuição gratuita de medicamentos diversos e Farmácia Básica, conforme RENAME apresentada pelo Ministério da Saúde, visando atender as necessidades apresentadas pela Rede Municipal de Saúde de Pombos PE. conforme as necessidades da administração e de acordo com especificações consignadas no Anexo I (Termo de Referência do edital), ambos do Edital de Processo de nº003/2022, Pregão Eletrônico de nº 003/2022

2 -DA VALIDADE DA ATA

2.1 -A presente Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Municipal do Município (AMUPE) e Quadro de Avisos ;

2.2 -Durante o prazo de vigência desta Ata, a Administração não será obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A Administração poderá, ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à (s) empresa (s), neste caso, o contraditório e ampla defesa.

3 -DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 -Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participação deste certame, mediante prévia consulta ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMBOS (órgão gerenciador) e anuência da (s) empresa (s), desde que

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

devidamente comprovada a vantagem e, respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, o Decreto Municipal nº 7.892/13.

3.2 -Caberá à (s) empresa (s) fornecedora (s) beneficiária (s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

3.3 -Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar o (s) produtos (S) ora registrados dos fornecedores constante da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.

4 -DO PREÇO REGISTRADO

4.1 -Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são inalteráveis durante todo o período de vigência desta, ressalvados os casos excepcionais que permitam o procedimento de reequilíbrio, sempre obedecidas as determinações contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

4.2 -Compete ao Órgão Gerenciador, na ocorrência de fato que justifique a redução ou a majoração do preço dos bens ou serviços registrados, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores Detentores da Ata;

5 -DA REVISÃO DE PREÇOS – REDUÇÃO

5.1 -Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao Órgão Gerenciador convocar o fornecedor para uma negociação, com vistas à redução de preços, podendo ocorrer o seguinte:

I - Aceitação da negociação, quando o fornecedor aceitar reduzir o seu preço aos limites encontrados e compatíveis aos de mercado, devendo o novo preço ser registrado na Ata como alteração posterior;

II - Negociação frustrada, assim entendida aquela em que o fornecedor Detentor da Ata não aceita reduzir seu preço ao valor de mercado, devendo, neste caso, ser liberado do compromisso assumido, para a convocação do fornecedor seguinte, respeitada a ordem classificatória, para negociação;

III - Se no caso do inciso II, a negociação frustrada se estender a todos os demais fornecedores registrados na Ata, não tendo qualquer deles reduzido o preço do bem ou serviço ao patamar compatível com o mercado, caberá ao Órgão Participante providenciar a contratação desejada por meio de outro certame licitatório regular.

6 -DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE PREÇOS – MAJORAÇÃO

6.1 -Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados no SRP, de

forma a comprometer o fornecimento pelo Detentor da Ata, nas condições inicialmente acordadas, dever-se-á obedecer ao seguinte procedimento:

6.1.1 -Cabe ao fornecedor protocolar junto ao Órgão Gerenciador, interpor requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro de preços devidamente justificado e instruído com

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

documentos capazes de evidenciar o surgimento de uma onerosidade excessiva em relação às obrigações inicialmente assumidas, produzida pelo aumento no custo do bem ou serviço no mercado atual, valendo-se, por exemplo, de notas fiscais antigas e recentes, listas de preços de fabricantes, comprovantes de transporte de mercadorias, dentre outros pertinentes;

6.1.2 -Ao Órgão Gerenciador cabe a realização das pesquisas de mercado e demais atos necessários, com vistas a verificação da ocorrência da majoração alegada pelo fornecedor;

6.1.3 -O requerimento de Reequilíbrio de Preços será apreciado por uma Comissão de Renegociação designada por ato administrativo do Secretário Municipal de Saúde, ao qual caberá, também, a homologação da decisão final desta Comissão, após a submissão do procedimento à Procuradoria Geral do Município e a Controladoria Geral do Município para fins de análise e parecer;

6.2 -É vedado ao Detentor do Registro interromper o fornecimento ou a prestação dos serviços enquanto aguarda o trâmite dos Requerimentos de Reequilíbrio de Preços, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, na Ata de Registro e na legislação pertinente;

6.3 -Confirmada a veracidade das alegações do fornecedor e deferido, por decisão do Órgão Gerenciador, o reequilíbrio econômico-financeiro requerido, deverá ser providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado, para fins de validade do novo preço registrado;

6.4 -Os preços resultantes de reequilíbrio econômico-financeiro terão a validade vinculada ao prazo regular de validade da Ata de Registro;

6.5 -No caso de indeferimento do Requerimento de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, poderá o Órgão Gerenciador liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada;

6.6 -Se liberado o primeiro Detentor da Ata, poderá o Órgão Gerenciador providenciar a convocação dos detentores remanescentes, respeitada a ordem classificatória, para fins de renegociação dos preços registrados;

7 -DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

7.1 -É vedado o recebimento de produtos/materiais ou serviços que possuam marca ou características diversas das constantes na Ata de Registro de Preços e na proposta, bem como descaracterize, de qualquer forma, o objeto licitado, salvo por fato superveniente ou por motivo de força maior, devidamente justificado, e aceito pela Administração.

8 -DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 -O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I. Descumprir disposições da respectiva Ata de Registro de Preços, do edital ou das leis aplicáveis ao caso;

II. Não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Restar frustrada a renegociação de preços, seja por majoração ou redução;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

IV. Tiver deferida sua solicitação de cancelamento;

V. Estiverem presentes razões de interesse público.

8.2 -O cancelamento de registro deverá ser formalizado pelo Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, ressalvada, em qualquer caso, a aplicação das sanções definidas em lei.

8.3 -O fornecedor poderá solicitar ao Órgão Gerenciador, mediante requerimento devidamente instruído, o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, capaz de comprometer a perfeita execução contratual;

8.4 -Conforme recomende a situação, poderá o Órgão Gerenciador realizar as diligências que entender necessárias para a verificação da ocorrência do fato alegado pelo fornecedor como ensejador da solicitação de cancelamento;

8.5 -O cancelamento do registro, se deferido, somente terá validade após a publicação no Diário Oficial do Estado, sendo, desta forma, vedada a interrupção no fornecimento de bens ou na prestação de serviços cuja requisição, empenho ou documento similar tenha sido despachado antes dessa ata.

9 -DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

9.1 -Serão fornecedoras do objeto desta licitação, com os respectivos preços registrados na Ata subsequente ao procedimento licitatório, as empresas cujas propostas forem classificadas em primeiro lugar;

9.2 -A convocação para o fornecimento será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Fornecimento à detentora dos Preços Registrados;

9.3 -O fornecedor poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pelo Órgão Gerenciador da Ata do registro de Preços;

9.4 -Se a Empresa com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a receber a nota de empenho, a Administração convocará a Empresa classificada em segundo lugar, para efetuar o fornecimento e assim por diante, podendo ser registradas tantas Empresas quantas necessárias para que, em função das propostas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, aplicando às empresas que se recusaram as penalidades admitidas em lei e previstas no Edital;

9.5 -Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de quantidade ou desempenho superior, devidamente justificado e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços;

9.6 -O (s) fornecimento (s) desta licitação deverá (ão) ser realizado (s) acompanhado (s) de Nota Fiscal e a respectiva Nota de Empenho;

9.7 -A (s) licitante (s) detentora (s) da Ata de Registro de Preços ficará(ao) obrigada(s), quando for o caso, a atender todas as Notas de Empenho emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao vencimento da mesma;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 -DA FORMA DE ENTREGA E RECEBIMENTO

10.1 – As eventuais entregas oriundos deste Registro ocorrerão da seguinte forma:

10.2 -O fornecimento do (s) PRODUTO (s) dar-se-á, no prazo máximo de 05 dias, contados da data de recebimento da respectiva nota de empenho;

10.3 -Não serão admitidos, para efeito de recebimento, o (s) PRODUTO (S) que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações prescritas no Anexo II, do Edital sendo rejeitados no todo ou em parte, todos os materiais que assim se forem entregues;

10.4 -A DETENTORA obriga-se a realizar cumprir as recomendações dos fabricantes quanto a estocagem, manuseio e transporte de forma adequada dos materiais, inclusive quanto a temperatura, quando for o caso, devendo preservar também, a embalagem do material de modo a preservar a qualidade dos materiais até a entrega no almoxarifado da SMS;

10.5 -A inobservância ao disposto nos item acima implicará o não pagamento à futura contratada, até a sua regularização;

10.6 -O (s) PRODUTO (S), deverá ser entregues nos seguintes endereços:

a) Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde – SMS – Rua XXXXXXXXXXXX– PE, quando se tratar de processos de interesses da mesma;

10.7 -Feita à entrega pela DETENTORA, a Administração procederá conforme consta do respectivo edital com vistas ao recebimento definitivo do (s) PRODUTO (S);

10.8 -O prazo para substituição dos materiais rejeitados pela Administração, por ocasião do recebimento, será de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação do fato, sendo que a inobservância de tal prazo poderá ensejar a aplicação das sanções definidas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93 e estabelecidas no edital;

10.9.3 - - A critério da Administração, os medicamentos deverão ser entregues acompanhados para cada lote, de original ou cópia autenticada do Laudo Analítico – Laboratorial (Certificado de Análise), bem como ainda de cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme Portaria / MS nº. 3.718, de 08 / 10 / 1.998, emitida às expensas do licitante.

10.9.4 - O fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

10.9.5 - Os Laudos Analíticos – Laboratoriais emitidos pelos Laboratórios credenciados pelo Ministério da Saúde, serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.9.6 - A produção, comercialização e transporte das soluções parenterais de grande volume deverão estar ajustadas a Portaria 500 de 09/10/1.997. 04.21. Os dizeres constantes em rótulos, bulas e embalagens deverão estar em conformidade com o estipulado pela legislação sanitária.

10.9.7 - Reserva-se ao Município o direito de solicitar da empresa contratada (fabricante ou distribuidor), Laudo (s) Analítico (s) – Laboratorial (is) do (s) produto (s) oferecido (s), expedido por laboratório oficial ou laboratório particular, sem ônus para o Município.

10.9.8. Reserva-se ao Município o direito de solicitar do fabricante informações relacionadas à estudos de biodisponibilidade e bioequivalência dos Medicamentos.

10.9.9 -O não atendimento dos prazos fixados neste item implicarão em pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, salvo justificativa fundamentada da DETENTORA, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

10.11 – DO RECEBIMENTO

10.11.1 - A Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos.

10.11.2 - Expedida a Autorização de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficará sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almojarifado, podendo ser:

“a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.”

10.11.3 – - No caso de soros e parenterais de grande volume o produto deve atender à Portaria nº 500, de 09 de outubro de 1997;

10.11.4 - Os produtos hemoderivados devem atender a Resolução nº 046, de 18 de maio de 2000;

10.11.5 - O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura; no caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto; nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte;

10.11.6 - As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);

10.11.1 - A validade dos medicamentos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 80% , contados da data de fabricação;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.11.1 - O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor;

10.11.1 - As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas;

10.11.1 - As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blister, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, da data de fabricação e prazo de validade;

10.11.1 - No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento;

10.11.1 - Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geléias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

11 -DO PAGAMENTO

11.1 -A Unidade solicitante, ao adquirir os produtos, solicitará à Secretaria Municipal de Saúde, seja referida despesa empenhada por EMPENHO de acordo com sua disponibilidade orçamentária – a fim de propiciar o parcelamento dos pagamentos à medida que os produtos forem sendo entregues;

11.2 – Os pagamentos serão realizados após o recebimento dos produtos, quando o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente, ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando-se ainda o cumprimento integral das disposições contidas neste Instrumento, bem como, no Edital de Licitação e seus anexos, após o que os autos serão encaminhados para fins de pagamento;

11.3 – A Secretaria Municipal da Saúde efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa;

11.4 -A empresa vencedora do certame licitatório deverá apresentar obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, todas as Certidões, relativa sua regularidade fiscal.

11.5 -Por ocasião do pagamento, a SMS, efetuará deverá observar se a contratada mantém todas as condições jurídicas que habilitaram o certame, ou seja, a comprovação de se encontra quites junto as Fazendas Nacional, Estadual, Municipal e com o INSS e o FGTS.

11.6 -Não haverá sob nenhuma alegação pagamentos antecipados .

11.7 -No texto da Nota Fiscal/Fatura deverão constar obrigatoriamente as seguintes referências:

a. Objeto da aquisição;

b. O número do processo que deu origem à contratação;

c. Numero do empenho;

12 -DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

12.1 – As obrigações da Contratada são aquelas consignadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2022, e seus anexos, em especial aquelas constantes de seu Anexo I – Termo de Referência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 -DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

13.1 – As obrigações da Contratante são aquelas consignadas no Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2022, em especial, as constantes dos anexos;

14 -DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 -Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Registro de Preços, serão aplicadas à futura contratada que incorrer em inexecução total ou parcial da prestação dos serviços as penalidades previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, aplicando-se ainda, as seguintes sanções administrativas, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório:

14.1.1 -Advertência;

14.1.2 – Multas:

a) Moratória de 1% (um por cento) do valor total do Contrato, em caso de atraso até 2 (dois) dias para entregar o (s) Material (s) a contar do prazo estipulado em cada ordem de fornecimento emitida, ou descumprimento de qualquer obrigação assumida;

b) Moratória de 1% (um por cento) ao dia, do valor total do Contrato, em caso de atraso superior a 2 (dois) dias para iniciar os fornecimentos, a contar do prazo estipulado em cada ordem de fornecimento emitida com base no artigo 86, da Lei nº 8.666, de 1993, até o limite de 10% (Dez por cento);

c) Multa de 20% (VINTE por cento) do valor contratado, no caso de recusa injustificada para a assinatura do contrato;

d) Multa de 10% (dez por cento) por cento do valor contratado, no caso de inexecução total do contrato, independentemente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei;

e) Multa de 10% (dez por cento) por cento do valor contratado, no caso da futura contratada dar causa à rescisão do contrato;

14.1.3 -Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo de até 02 (dois) anos;

14.1.4 -Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, depois de ressarcido dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada na letra anterior;

14.1.5 -Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no ata convocatório, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório e no futuro contrato e das demais cominações legais;

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.2 -As multas serão aplicadas após regular processo administrativo. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Contratada. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Contratada será convocada para complementação do valor homologado;

14.3 -As sanções administrativas previstas neste termo de referencia são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa;

14.4 -No caso de aplicação de multa em casos não previstos nas letras acima, será observado percentual de 2% (dois por cento) quando a empresa contratada:

- a) Recusar-se a fornecer o (s) MATERIAL (s) ou serviços contratado, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;
- b) Prestar informações inexatas ou causar embaraços ou desatender às determinações da fiscalização;
- c) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem a concordância expressa do Município;
- d) Negociar com terceiros as faturas emitidas contra o Município;
- e) Desatender às determinações da fiscalização;

14.5 -As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo, não podendo ultrapassar a 10% do valor da Nota de Empenho, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venha a ser causado ao interesse público;

14.6 -A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pela contratante à futura contratada, após o regular processo administrativo;

14.7 -As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério do Município;

14.8 -O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

15 -DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 --Se a contratação ocorrer neste exercício, as respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura do Município de POMBOS, que tem como Projeto Atividade e Elemento de Despesa da Secretaria Saúde;

15.2 -Os recursos orçamentários são provenientes do Projeto Atividade e Elemento de Despesa a seguir exposto:

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Projeto Atividade:

Projeto Atividade:

Elemento de despesa: 3.3.90.30;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

16 -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 -A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições;

16.2 -Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica na aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços e dos ajustes dela decorrentes;

16.3 -A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão da Lei Federal nº 8.666/93, demais normas, complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos;

16.4 -Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Pregão ELETRÔNICO nº 003/2022, com todos os seus anexos, a proposta da detentora, constantes do Processo Licitatório nº 003/2022.

16.5 -Os Preços Registrados: Anexos a esta Ata.

16.6 -Fica eleito o foro da Comarca de POMBOS/PE, para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

POMBOS/PE, ____ de ____ de 2022.

Secretário Municipal de Saúde

Empresa Detentora do Preço Registrado

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

CPF

2ª Testemunha:

CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO VIII

PROCESSO LICITATÓRIO DE Nº 003/2022
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 003/2022
CONTRATO DE Nº /2022

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre Fundo Municipal de Saúde e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, autorizado através do Processo Licitação nº: 003/2022, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 003/2022, com o objeto aquisição de medicamentos, parcelado por 12 meses, para atender a demanda do Hospital e Maternidade Virginia Colaço Dias, SAMU, CAPS, COVID-19 bem como as Unidades Básicas de Saúde com a distribuição gratuita de medicamentos diversos e Farmácia Básica, conforme RENAME apresentada pelo Ministério da Saúde, visando atender as necessidades apresentadas pela Rede Municipal de Saúde de Pombos PE.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de POMBOS através da Secretaria de Municipal da Saúde.

CNPJ-MF nº:

Endereço: (sede) Rua

Representada por :

CONTRATADA: Empresa:

CNPJ-MF nº.

Endereço:

Representada por :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo aquisição de medicamentos, parcelado por 12 meses, para atender a demanda do Hospital e Maternidade Virginia Colaço Dias, SAMU, CAPS, COVID-19 bem como as Unidades Básicas de Saúde com a distribuição gratuita de medicamentos diversos e Farmácia Básica, conforme RENAME apresentada pelo Ministério da Saúde, visando atender as necessidades apresentadas pela Rede Municipal de Saúde de Pombos

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PE, e observações, que passam a ser partes integrantes deste Contrato, juntamente com o Edital e documentos atinentes a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços.

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A fornecedora deverá apresentar, obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, demonstrando sua regularidade;

2.4 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a Denominação Comum Brasileira (DCB) do(s) princípio(s) ativo(s) e, quando houver, a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SMS efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega deverá ser de até **03 (Três) dias úteis**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Farmácia central, situado na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx- POMBOS -PE, no horário de 08:00 as 12:00 horas, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento.

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas.

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A Contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto que for recusado por apresentar-se danificado, com prazos de validade vencidos, ou que estiver em desacordo com o disposto neste edital e seus anexos.

5.2 - Expedida a Autorização de fornecimento e/ou Executado o Contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficará sob as responsabilidades de Servidor e/ou Comissão de Recebimento do Almoxarifado, podendo ser:

“a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação (não superior a 90 dias);

b)Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.”

5.3 – - No caso de soros e parenterais de grande volume o produto deve atender à Portaria nº 500, de 09 de outubro de 1997;

5.4 - Os produtos hemoderivados devem atender a Resolução nº 046, de 18 de maio de 2000;

5.5 - O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura; no caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto; nestes produtos, utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte;

5.6 - As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);

5.7 - A validade dos medicamentos, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 80% , contados a partir da data de fabricação;

5.8 - O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor;

5.9 - As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas;

5.10 - As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blister, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, da data de fabricação e prazo de validade;

5.11 - No caso de produtos acondicionados em bisnagas, as mesmas deverão apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento;

5.12 - Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geléias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado, convenientemente selado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

5.13 - A critério da Administração, os medicamentos deverão ser entregues acompanhados para cada lote, de original ou cópia autenticada do Laudo Analítico – Laboratorial (Certificado de Análise), bem como ainda de cópia do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme Portaria / MS nº. 3.718, de 08 / 10 / 1.998, emitida às expensas do licitante.

5.14. O fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

5.15. Os Laudos Analíticos – Laboratoriais emitidos pelos Laboratórios credenciados pelo Ministério da Saúde, serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante.

5.16. A produção, comercialização e transporte das soluções parenterais de grande volume deverão estar ajustadas a Portaria 500 de 09 / 10 / 1.997. 04.21. Os dizeres constantes em rótulos, bulas e embalagens deverão estar em conformidade com o estipulado pela legislação sanitária.

5.17. Reserva-se ao Município o direito de solicitar da empresa contratada (fabricante ou distribuidor), Laudo (s) Analítico (s) – Laboratorial (is) do (s) produto (s) oferecido (s), expedido por laboratório oficial ou laboratório particular, sem ônus para o Município.

5.18. Reserva-se ao Município o direito de solicitar do fabricante informações relacionadas à estudos de biodisponibilidade e bioequivalência dos Medicamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1 - O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação terá vigência a partir da sua assinatura até xx/xx/2022;

6.2 - O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 65, § 1º, da Lei de Licitações e Contratos);

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados somente poderão ser alterados se, na vigência do contrato houver autorização governamental ou, em casos excepcionais desde que atendidos o disposto no Artigo 65 da Lei de licitações e Contratos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O Presente Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do material na inspeção e no recebimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA NONA - DAS PENALIDADE E SANÇÕES

9.1 - Decorridos 05 (cinco) dias úteis de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá a CONTRATANTE rescindir o contrato, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa e aplicação das sanções previstas nos itens 9.2 e 9.3 desta cláusula, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da **INADIMPLÊNCIA**.

9.2- DAS PENALIDADES

9.2.1 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuitos, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

9.2.2 - A inexecução total do objeto desta licitação ensejará aplicação de multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou termo equivalente, atualizados; tratando-se de entrega parcelada a multa será de 1% (um por cento), por dia de atraso, até no Máximo de 05 (cinco) dias úteis, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, reconhecidos os direitos da administração previstos no art. 77 da Lei n.º 8.666/93;

9.3.3 - Pela demora em corrigir falhas no fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do produto, por dia decorrido, até no máximo de 05 (cinco) dias uteis, independente da possibilidade de rescisão contratual;

9.3.4 - Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 20% (vinte por cento) do valor do fornecimento rejeitado;

9.3 - DAS SANÇÕES

9.3.1 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.3.2 - Declaração de inidoneidade, de lavra da Sra. Secretária para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no sub-item anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Municipal da Saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
POMBOS
A grande obra é cuidar do Povo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 - Fazem parte deste instrumento os documentos constantes do Processo Licitatório nº 003/2022 respeitando o disposto no Edital de Pregão eletrônico nº 003/2022 e seus anexos e observações, tendo plena validade entre as partes contratantes;

10.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

10.3 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Nona;

10.4 - O Presente Contrato é regido pela Lei 8.666/93 e alterações;

10.5 - Fica eleito o Foro da Comarca de POMBOS, Estado de Pernambuco, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

POMBOS, de de 2022.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
C.P.F.: